

RESTAURAÇÃO DE CASAS BANDEIRISTAS: EXPERIMENTAÇÕES E PERMANÊNCIA

LIA MAYUMI PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Arquiteta, doutora pela FAU-USP. Ex-professora titular da Universidade Paulista (1994-2004) e da Universidade Ibirapuera (2005 e 2006). Desde 1987 é arquiteta do Departamento do Patrimônio Histórico. Docente da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo, da Prefeitura do Município de São Paulo desde 2014. E-mail: liamay@uol.com.br; lmayumi@prefeitura.sp.gov.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp22p62-114>

RESTAURAÇÃO DE CASAS BANDEIRISTAS: EXPERIMENTAÇÕES E PERMANÊNCIA

LIA MAYUMI

RESUMO

Este artigo busca demonstrar como a restauração arquitetônica das casas bandeiristas teve papel essencial no processo de atribuição de significação simbólica a tais moradias rurais, assim como na construção de um modelo conceitual e técnico de intervenção arquitetônica que definiu a tipologia da casa bandeirista tal como a conhecemos hoje. O artigo abordará as restaurações de cinco casas do acervo municipal, e uma casa de propriedade privada.

PALAVRAS-CHAVE

Luis Saia. Restauração arquitetônica. Casa bandeirista. Construções de taipa. Casas históricas.

RESTORATION OF BANDEIRISTA HOUSES: EXPERIMENTATION AND PERMANENCE

LIA MAYUMI

ABSTRACT

This article aims at demonstrates how the architectural restoration of ‘bandeirista’ houses had essential role in the building a symbolic significance of those rural dwellings, as well as the in the construction of a conceptual model and technical architectural intervention that defined the ‘bandeirista’ house as we know it today. The article will address the restorations of five houses of the municipal collection, and a privately-owned house.

KEYWORDS

Luis Saia. Architectural restoration. ‘Bandeirista’ house. Rammed earth. Historic houses.

1 INTRODUÇÃO

Em 29 de abril de 2016 participamos da mesa-redonda intitulada “Apropriação do Patrimônio Residencial”, no âmbito do Seminário Habitação como Patrimônio Cultural organizado pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP). Na ocasião, discorreremos sinteticamente sobre a semelhança plástica e a importância, como patrimônio cultural, das chamadas “casas bandeiristas” de propriedade da Prefeitura de São Paulo. Esse acervo edificado é constituído por cinco exemplares residenciais, de incomensurável valor histórico e arquitetônico, remanescentes de um período da história da ocupação rural do território da cidade. Não servem mais como moradias, e tampouco se localizam em áreas rurais, porque foram engolidas pela área urbanizada. Mas todos continuam a se referir a elas como “casas”, em referência à sua tipologia arquitetônica.

A atribuição de uma significação simbólica a tais moradias rurais constitui um processo do maior interesse, que envolve a pesquisa do passado, o estudo e o conhecimento de técnicas construtivas pretéritas, a experimentação arquitetônica e a construção de uma narrativa histórica. Esses foram os temas centrais abordados na minha tese de doutoramento, *Taipa, Canela-Preta e Concreto*, desenvolvida em torno da problemática dos critérios de intervenção presentes nas restaurações de “casas bandeiristas”. Salientei o papel de Luis Saia na definição daqueles critérios, pois foi de fato ele, através de escritos,

teorias e teses, mas principalmente obras de restauração de casas bandeiristas, o principal responsável pela definição da imagem atual dessas casas rurais. Saia resgatou esses exemplares arquitetônicos do seu passado colonial e os ressignificou, inserindo-os no contexto urbano de meados do século XX, através de uma bem articulada operação de dignificação, que incluía tanto a interpretação histórica como a restauração arquitetônica dessas moradias.

No presente artigo buscamos demonstrar resumidamente como a restauração arquitetônica das casas bandeiristas teve papel essencial no processo de atribuição de significação simbólica a tais moradias rurais, assim como na construção de uma narrativa da história da civilização paulistana do ciclo bandeirista.

Mostrando a restauração de cinco casas do acervo municipal e uma casa de propriedade privada, com ênfase nos aspectos técnicos e nos critérios de intervenção arquitetônica, procuramos ilustrar o processo de constituição pelas restaurações do modelo de “casa bandeirista” tal como nos foi legado por Luis Saia e pelos herdeiros de suas reflexões sobre o tema.

2 AS CASAS: O CONJUNTO E O SEU VALOR COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

As operações de restauração arquitetônica investigadas na nossa tese referem-se a cinco casas bandeiristas, selecionadas a partir de um elenco de 32 identificadas no estado de São Paulo. As cinco casas localizam-se na cidade de São Paulo, e são de propriedade do poder público municipal: Casa do Butantã, Casa do Caxingui, Sítio da Ressaca, Casa do Tatuapé e Sítio Morrinhos. A restauração e a preservação desses imóveis foram promovidas por iniciativas oficiais – a federal e a municipal –, fato que determinou a seleção dos exemplares, já que a tese visava a investigar as motivações, critérios e ações concretas de preservação promovidas por instituições oficiais.

Originalmente sedes de propriedades rurais, e datando dos séculos XVIII e XIX, os imóveis estudados classificam-se como residências rurais típicas paulistas, tendo sido algumas delas “achadas”, identificadas e registradas por Mário de Andrade e seus auxiliares¹ em 1937.

1. Luis Saia, Nuto Sant’Anna, Germano Graeser.

Diante da singeleza do patrimônio paulista, Mário propôs selecionar um elenco representativo da arquitetura paulista empregando o critério histórico em detrimento do estético:

A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente dita (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. Acha bom assim? (Carta a Rodrigo, 23 de maio de 1937).²

Os exemplares residenciais selecionados por Mário, que mais tarde seriam conhecidos como casas bandeiristas, foram inicialmente arrolados, ora como “casa velha”, ora como “casa-grande”, pertencentes à categoria “arquitetura civil”:

Arquitetura civil em São Paulo: a bem dizer, não existe na capital de São Paulo mais nenhum prédio de residência que se considere digno da atenção federal. Um serviço estadual, a meu ver, especioso, poderá tombar alguns prédios desses, porém será mais empecilho que guarda da tradição. Propriedades como a casa velha do Tatuapé (...); a casa velha do Caxingui (...); a casa velha do bairro do Limão (...); a casa velha do Jabaquara (...) estão completamente deformados muitos, outros menos, têm interesse histórico mais estadual que nacional; quase nenhum, ou nenhum interesse artístico. (Primeiro Relatório, 16 de outubro de 1937).³

Portanto, a primeira atribuição de valor às futuras “casas bandeiristas” deveu-se exclusivamente à sua qualidade de “antigo”, o que levou Carlos Lemos a afirmar sobre as casas, décadas depois, que “a sua ‘história’ foi terem resistido ao tempo sem carregar junto a lembrança de fatos expressivos. Velhas esfinges caipiras sem memória.” (LEMOS, 1993, p. 22)

A valorização das “casas velhas” enquanto patrimônio histórico e

2. ANDRADE, M de. Cartas de Trabalho, correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN n.º 33, p. 69, 1981.

3. Primeiro Relatório, 16 de outubro de 1937. In: ANDRADE, 1981, p. 86.

artístico ocorreu a partir dos estudos iniciados por Luis Saia. Quando Mário de Andrade se afastou do Iphan, Saia passou a dirigir o órgão de São Paulo, de 1939⁴ até 1975, quando faleceu. Discípulo e herdeiro intelectual de Mário, Saia deu preferência aos estudos da arquitetura civil em detrimento da arquitetura religiosa (KATINSKY, 1988, p. 71), conforme é possível constatar ao exame de sua produção escrita.⁵ Foi sob a sua coordenação técnica que se iniciaram e empreenderam ao longo de 35 anos as restaurações de grande parte dos monumentos paulistas. Por volta dos anos 1950 um corpo de critérios e de procedimentos técnicos de restauração já estava consolidado através das várias experimentações do Iphan.

Inicia-se na década de 1950 a série de restaurações que constituíram o objeto de nossa pesquisa do doutorado. Data de 1954 a primeira intervenção, em uma casa bandeirista de propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Os textos e interpretações de Luis Saia sobre a arquitetura rural paulista e a casa bandeirista, ao mesmo tempo em que serviram como referências teóricas para as restaurações, alimentavam-se dos experimentos práticos realizados nos canteiros de obras de restauração, que por sua vez forneciam a matéria-prima para corroborar as interpretações e teses apresentadas nos escritos.

Não é por acaso que praticamente coincidem as datas de restauração da Casa do Padre Inácio (1947) com a da publicação de *Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século* (1944)⁶ e depois a restauração da Casa do Butantã (1954) com a publicação de *A casa bandeirista – uma interpretação* (1955). Ambos são textos seminais, nos quais se estabeleceram as teses fundamentais de Saia sobre as casas bandeiristas, identificando as constantes arquitetônicas do tipo rural bandeirista e justificando o partido arquitetônico da casa em termos sociológicos, relacionando-o a um período de apogeu da cultura paulista colonial.

Julio Katinsky reconheceu, em sua tese *Casas Bandeiristas: nascimento*

4. SAIA, L. Até os 35 anos, a fase heróica. Rio de Janeiro, *Revista Cj. Arquitetura*, n. 17 p. 16, , 1977. [Texto originalmente escrito em 1972]

5. Dos escritos de SAIA aos quais tivemos acesso, contamos 12 sobre arquitetura civil; 1 de arquitetura religiosa; 3 de urbanismo; 2 de técnicas construtivas; 2 de crítica de arquitetura; 1 sobre tombamento; 1 sobre arte popular. Não incluem aqui os textos publicados em *Morada Paulista*.

6. *Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século*. Rio de Janeiro, *Revista do Iphan*, n. 8, p. 211-275, 1944.

e reconhecimento da arte em São Paulo (1972), que coube o mérito específico por encontrar e recuperar as casas bandeiristas “em primeiro lugar a Luiz Saia, que restaurou algumas casas e estabeleceu publicamente os primeiros critérios para sua caracterização”. De fato, Saia teve a incumbência e o privilégio, como dirigente do escritório do Iphan em São Paulo, de valorizar o patrimônio histórico paulista. Nessa condição, foi tão pioneiro da interpretação das casas rurais coloniais quanto da sua caracterização, esta entendida aqui como intervenção arquitetônica empreendida com o propósito de confirmar as teorias interpretativas de Saia sobre aquele tipo arquitetônico.

Saia promoveu a valorização da casa rural paulista, conferindo às moradias bandeiristas uma dignidade moldada através das obras de restauração e de um corpo teórico que fundamentava as origens, a configuração formal e o funcionamento desse tipo arquitetônico. A valorização e a dignificação das casas bandeiristas foi condição essencial para a sua incorporação ao elenco de bens que compunham o patrimônio histórico e artístico nacional.

3 TIPO E PARTIDO ARQUITETÔNICO. TESES DE ORIGEM

Em 1944 foi publicado na *Revista do IPHAN* n. 8 “Notas sobre a arquitetura rural do segundo século”, artigo de Luís Saia escrito a partir de sua experiência com a investigação e a restauração daqueles edifícios rurais. Na ocasião, sete anos depois de Mario de Andrade ter enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade o primeiro Relatório (1937) sobre o patrimônio paulista, Saia já não se refere às casas rurais como “casas velhas”, mas sim como arquitetura rural caracterizada e conhecida, em número de 12 – uma até já restaurada pelo próprio Iphan⁷ –, nas quais identificara “constantes” e “variantes” tipológicas que o encorajaram a estabelecer uma tese sobre o apogeu e a decadência do tipo arquitetônico bandeirista.

Com base no conhecimento de 12 exemplares, Saia elaborou a caracterização pioneira das casas rurais paulistas seiscentistas, identificando nestas a presença de “constantes” tipológicas tais como: a planta retangular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho; planta organizada em três faixas (social,

7. A casa e a capela do sítio de Santo Antônio, restauradas em 1939.

familiar, de serviço, a partir da fachada principal); depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; presença de alpendre encaixado na fachada principal, entre dois cômodos (capela e dormitório de hóspedes). Classificou os exemplares em dois grupos, o dos exemplares “puros” nitidamente seiscentistas, nos quais todas as constantes estavam presentes; e o dos exemplares tardios, nos quais algumas constantes teriam desaparecido em decorrência da degeneração do sistema social e econômico consolidado no planalto de Piratininga.

O partido arquitetônico da casa foi justificado em termos sociológicos e econômicos, de modo a ficar demonstrada a sua correspondência com as condições históricas de São Paulo do século XVII. Segundo Saia, o Sítio do Padre Inácio, com sua construção quadrangular, acachapada, definida e segura, possuía integralmente as soluções plásticas e técnicas que melhor representavam a psicologia e a situação social do seu dono, o fazendeiro paulista “agenciador de bandeiras, senhor absoluto do sertão desbravado, dono das terras, da família e da escravaria, distribuidor de justiça e de religião” (SAIA, 1944, p. 272). (Figura 1)

Quando desapareceram aquelas condições econômicas e sociais, o

FIGURA 1

O tipo “puro”:
Casa do Padre
Inácio, restaurada
em 1947. Foto da
autora, 2004.



esquema arquitetônico também teria perdido a sua firmeza, a sua definição:

É sobretudo na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono. E se esfacelou quando a descoberta do ouro veio destruir o prestígio dos paulistas. Mais tarde, mesmo rico e poderoso, nunca mais pôde o fazendeiro restabelecer o mesmo esquema social (...). Terá usado, também, a construção de taipa, mas (...) sem aquela limpeza construtiva do século XVII. Em geral se perde em acréscimos, telhados suplementares. (SAIA, 1944, p. 271)

Durante o ano de 1954 a Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo empreendeu a restauração de uma dessas residências, a Casa do Butantã. Luís Saia, que dirigiu as obras como diretor do Iphan no Estado, foi solicitado a escrever um texto a respeito da casa - publicado pela Comissão, em 1955, *A casa bandeirista: uma interpretação*. Naquele trabalho, publicado 11 anos depois do primeiro ensaio de Saia (*Notas...*, 1944), a casa rural de 1944 já aparece como “casa bandeirista”. Aqui, sustentando a mesma tese original da pureza e da decadência do tipo arquitetônico, Saia a demonstra em termos mais enfáticos, dando destaque à participação do fenômeno da mestiçagem cultural na formação da sociedade piratiningana. Explicada a origem étnica do povo paulista, o autor passa a caracterizar a solidez da sociedade bandeirista em todo seu apogeu, e relaciona a ela a emergência do fenômeno arquitetônico bandeirista puro. Depois, aplicando a noção evolutiva de “apogeu – decadência”, relaciona a desagregação do sólido quadro socioeconômico à equivalente deterioração do tipo arquitetônico puro.

O texto é da maior importância para compreendermos alguns aspectos ideológicos envolvidos nas restaurações das casas bandeiristas. Em primeiro lugar, a tese da mestiçagem: pela mistura dos elementos portugueses e índio, a mestiçagem teria sido responsável por permitir a criação de estratégias de sobrevivência, guerra e povoamento, em um ambiente hostil e estranho ao colono português. Ela teria possibilitado também a realização do “talvez único ciclo econômico social inteiramente nacional”. Ou seja, no planalto paulista teria se desenvolvido o único modelo colonial de povoamento livre de influências extra lusitanas e extra indígenas, e nisto

residiria a singularidade do quadro paulista, que Saia desejava valorizar no cenário do patrimônio histórico nacional.

Saia enfoca o período de apogeu da atividade bandeirista, o século XVII, como aquele em que “todos os quadros da sociedade bandeirista estão desenhados, com fisionomia própria e sólida”. No período de apogeu teria se chegado também à solução arquitetônica perfeita, através do ajuste de formas européias às novas condições ambientais, e da definição dos programas, da pesquisa das soluções plásticas, da escolha dos melhores e mais adequados materiais, das argilas e das madeiras. Assim como o apogeu do quadro social terminaria por entrar em decadência no decorrer do século XVIII, também a arquitetura teria se sujeitado a acolher soluções “estranhas à sua formação”. Explicar-se-ia dessa forma a existência de exemplares desconformes com o padrão “puro”, tais quais os Sítios Mandú, Caxingui e Butantã, com alpendre posterior; ou o Butantã, ainda sem grades nas janelas e com vergas arqueadas; ou o Tatuapé, com capela encostada na casa, todas “soluções desconformes e arranjadas”, “plantas que perderam a simplicidade e a limpeza” (SAIA, 1955, p. 13).

Nas restaurações, a tese do tipo arquitetônico “puro” legitimou as intervenções orientadas para a recuperação da imagem “pura”, autorizando a destruição de elementos arquitetônicos desconformes com o padrão. Essa recuperação foi orientada também pelo desejo modernista de exaltar as raízes da cultura paulista e de remover dos exemplares, sempre que possível, os traços da “decadência” social, cultural e estilística.

Deve ser lembrado, contudo, que a valorização positiva da sociedade bandeirante e de suas bases étnicas e sociais mamelucas não foi uma construção ideológica de Saia. No século XVIII Pedro Taques de Almeida Paes Leme (*Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 1769-1774) e Frei Gaspar da Madre de Deus (*Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, 1797) já haviam exaltado a coragem dos bandeirantes em narrativas de fatos heróicos, e nobilitando o mameluco pelo exercício militar e pela sua participação no episódio das bandeiras que, por sua vez, aparecem como fatores de expansão do território e de enriquecimento da colônia. Afonso de Eschagnolle Taunay, em *História geral das bandeiras paulistas* (1924-1950), destacara a importância das bandeiras na conquista territorial e nos descobrimentos das minas de metais e pedras preciosas. Em *Raça de*

gigantes (1926), Alfredo Ellis Junior tratara da história das bandeiras e dos bandeirantes em termos de “raça” superior e corajosa. *Paulística* (1925), de Paulo da Silva Prado, confirma a crença gentílica de quase todos os autores que escreveram anteriormente sobre as bandeiras, valorando o caráter mestiço original da população paulista para valorar o próprio presente. Escreve o autor: “esse cunho mameluco é a nota aristocrática do Paulista puro” (PRADO, 1934, p. 179), frase que desperta a nossa curiosidade, pois pretende colocar aristocracia onde ela nunca existiu.

Mas foi em 1954, ano do IV Centenário de São Paulo, que houve a oportunidade oficial para os paulistas afirmarem a sua superioridade política e econômica sobre o restante do Brasil. Foi também a oportunidade para todas as elites se afirmarem, tanto a elite industrial, formada por muitos imigrantes, “novos paulistas”, como as tradicionais elites “de sangue”, os “quatrocentões”. O caráter industrial, cosmopolita e “progressista” da cidade era motivo de orgulho geral. Diante do quadro de diversidade cultural da grande cidade, o conceito de “raça” transformou-se, no discurso oficial, passando a ser entendido como questão não mais de sangue, mas de “cultura”. O conceito de “povo paulista” permitiu reunir a diversidade em um só grupo cultural, que trabalharia orientado para um mesmo objetivo: o crescimento econômico e político da cidade e do estado. Mais uma vez as figuras da bandeira e do bandeirante foram ressuscitadas para serem transformadas pelo olhar da época, os anos 1950, em entidades míticas, nobres e dignas de pertencerem à ancestralidade paulista. O passado deveria parecer rico e altivo, para ser motivo de orgulho, e não de vergonha. Estava, portanto, definida a temática das comemorações do IV Centenário. Os símbolos significantes do caráter de São Paulo eram o índio, o bandeirantismo e o crescimento industrial e urbano.

Em palestra de 1961, “Roteiro dos monumentos históricos e artísticos de São Paulo”, proferida no curso Arte antiga no Brasil⁸, Saia aventou a ideia de o projeto das casas bandeiristas terem como modelo de desenvolvimento as *ville de Palladio*. O tratamento erudito, a proximidade cronológica e a

8. Curso Arte antiga no Brasil, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga (IHGGB –) em 1961. Foi inicialmente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga*, n. 11, p. 71–100, 1978. O mesmo texto, sob o título “Quadro geral dos monumentos paulistas”, está publicado em *Morada Paulista* (SAIA 1978).

sistematização dos exemplares brasileiros levaram Saia à conclusão de que teria ocorrido uma derivação de padrões a partir de uma matriz italiana. A publicação do tratado de Palladio, em 1570, teria difundido o modelo das vilas italianas nas Américas. A regionalização do modelo teria implicado um retrocesso do estágio palladiano para um nível primitivo, natural, para territórios de colonização recente, mas a singularidade de ter atingido um alto grau de refinamento técnico dentro dos limites impostos pela condição colonial, refinamento possibilitado, segundo Saia, novamente pela riqueza, poder político e estabilização do esquema social bandeirista.

Posteriormente, a tese palladiana foi questionada em várias ocasiões, contraposta à tese de uma possível procedência portuguesa do partido (Carlos Lemos, em “A Casa Colonial Paulista”, 1974), ou hispânica (AMARAL, 1981), ou ainda italiana de filiação militar (MORI, 2003). Além disso, a partir da análise de inventários e testamentos, Carlos Lemos e Ernani Silva Bruno observaram que inexistia a diferença tipológica, citada por Luis Saia, para edificações da primeira e segunda metade do século XVII (BRUNO, 1977, p. 59). Isso levou Lemos a discordar da tese original de Saia e afirmar que desde o primeiro século existiram casas rurais de partido arquitetônico bandeirista envolvendo muitas variações na disposição dos corredores (alpendres) e das cozinhas; enfim, que não foi possível “de modo algum obter uma cronologia envolvendo critérios de organização da planta da casa roceira bandeirista.” (LEMOS, 1999, p. 21-27). Lemos crê que o exame realizado em apenas 12 exemplares arquitetônicos, conforme fez Saia, seria insuficiente para estabelecer qualquer teoria cronológica sobre a evolução ou decadência daquele tipo arquitetônico.

4 O PARADIGMA TÉCNICO E IDEOLÓGICO

Além de ter sido o primeiro a caracterizar histórica e arquitetonicamente as casas bandeiristas em 1944, Saia foi também quem, representando o Iphan em São Paulo, em 1940 iniciou as restaurações naqueles edifícios com a intervenção no Sítio Santo Antônio. As restaurações serviram à delegacia regional do Iphan em São Paulo como oportunidade de pesquisa e aplicação de conceitos teóricos e técnicos, além de estudo dos edifícios propriamente ditos. Muitos dos pressupostos colocados na tese de 1944 e no texto de 1955 são decorrências da familiaridade de Saia com as casas

bandeiristas, adquirida durante a restauração destas.

A experimentação no Sítio Santo Antonio foi fundamental para o estabelecimento de um conceito de restauração das casas bandeiristas, no que diz respeito ao partido arquitetônico geral, compreendendo aspectos programáticos, plásticos e técnico-construtivos. Recompôs-se pela primeira vez a planta “pura” da residência rural seiscentista, justificada posteriormente na tese de 1944. Foi nessa obra que se trouxeram pela primeira vez para as residências bandeiristas o esqueleto de concreto armado e as placas de concreto ciclópico, empregados anteriormente na Igreja do Rosário do Embu (1939) e na Igreja de São Miguel Paulista (1939). Foi também o momento pioneiro de estabelecimento de um conceito de ambientação das residências bandeiristas, orientado para a composição paisagística do entorno imediato daquele tipo de monumento, liberando o edifício isolado de quaisquer anexos e acréscimos desconformes com a noção de planta fechada. A operação de demolição da casa do Barão de Piratininga, construção novecentista semiarruinada existente ao lado da casa sede à época da restauração, é exemplar do conceito de liberação do monumento.

A experiência adquirida pelo Iphan em São Paulo, nas obras pioneiras da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Miguel Paulista e Sítio Santo Antonio, estabeleceu um corpo conceitual teórico e técnico respeitante à restauração dos edifícios de taipa de pilão que o próprio Iphan transformou em paradigma quando passou a adotá-lo em todas as restaurações subsequentes. Segundo José Saia Neto, os experimentos com o concreto armado na consolidação de monumentos iniciaram-se, por iniciativa de Luis Saia, na restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A restauração da igreja do Embu foi uma das primeiras obras do Iphan em São Paulo, e a primeira experiência de consolidação de paredes de taipa (ROMAN, 2003, p. 308).

A partir das experiências pioneiras, o Iphan difundiu o emprego do concreto armado na restauração por todo o país. O concreto foi usado em substituição a frechais de madeira, vigas de cumeeira, terças, enfim, ao madeiramento pesado das coberturas. A atualidade e a distinguibilidade do concreto armado eram também usadas como justificativas para o seu emprego. Não só por razões técnicas, mas também ideológicas, o uso do concreto tornou-se uma solução técnica aceita em todas as restaurações

do Iphan. Afinal, a experimentação com o concreto era sem dúvida uma maneira “moderna” de intervir nos monumentos. Explorar os recursos do concreto armado nas restaurações era, naquelas circunstâncias, uma opção inevitável (figuras 2, 3 e 4).

Nas casas bandeiristas, Luis Saia introduzia peças de concreto, armado

FIGURA 2

Sé de Olinda, após a restauração. Fonte: Arquivo FUNDARPE.



FIGURA 3

Sé de Olinda durante a restauração. Madeiramento do telhado substituído por estrutura de concreto armado. Fonte: Arquivo FUNDARPE.

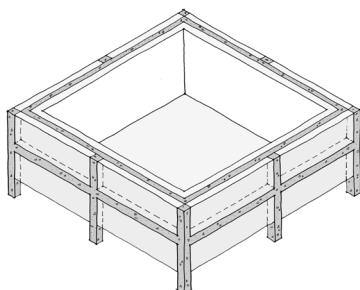


ou não, de variadas maneiras, dependendo da avaliação que fazia da situação de estabilidade estrutural do sistema como um todo – sistema entendido como paredes e cobertura trabalhando conjuntamente. O método concebido por Saia usava o concreto para três finalidades objetivas. Primeiro, as peças de concreto armado serviam diretamente à estabilização e consolidação estrutural, através de um esqueleto de concreto armado inserido nas paredes de taipa (Figura 4). Segundo, as peças de concreto ciclópico ou de concreto comum serviam ao preenchimento de lacunas e assim, indiretamente, também à consolidação estrutural, na medida em que preenchiam vazios e passavam a permitir novamente o descarregamento de cargas através delas (Figura 5). Terceiro, Saia concebeu placas de concreto para contornarem todo o perímetro externo da construção em uma faixa de 60 centímetros de altura média a partir do solo, como solução para impermeabilizar os muros contra a erosão provocada por respingos de água de chuva caídos do beiral (Figura 6).

Do ponto de vista estético, Saia recomendava o concreto em

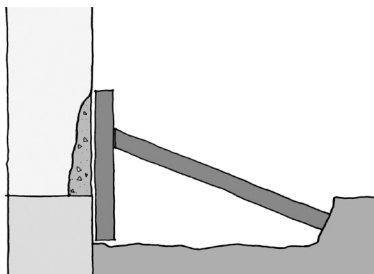
FIGURA 4

Esquema do esqueleto de concreto armado.



FIGURAS 5 e 6

Casa do Butantã. Preenchimento, com concreto, de lacunas na taipa. Formas preparadas para início da concretagem. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante.



substituição aos encamisamentos de tijolos de barro – que até então eram usados como paliativos tradicionais para preencher partes erodidas/lacunas – devido à sua plasticidade, que permitiria a concretagem de paredes com aspecto irregular, como é típico da taipa (SAIA, 1944, p. 54). Finalmente, do ponto de vista conceitual, para empregar o concreto Saia baseou-se em um fundamento ideológico e arquitetônico:

Do ponto de vista apenas documentário, foi obedecido um preceito da arquitetura moderna: honestidade no uso do material, respeito às legítimas verdades arquitetônicas, que mandam conservar aquelas peças que realmente sejam documentos de uma época e de um povo. Da maneira com que se agiu, ninguém, conhecedor de engenharia, pode ser enganado a respeito do processo de restauração, nem a respeito da obra tradicional. (SAIA, 1944, p. 55)

O fundamento citado por Saia é claramente inspirado nos artigos 65 e 66 da Carta de Atenas dos CIAM, onde se estabelecia que “Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)” e que eles “serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral”.⁹

Um modo característico de ambientação das residências bandeiristas também faz parte do “modelo tradicional” de restauração. Conforme já foi dito, a supressão da casa do Barão de Piratininga no Sítio Santo Antonio fez parte da primeira experiência de ambientação dessas casas. As duas construções do Sítio – a casa sede e a capela – foram liberadas da construção próxima, de forma a ter sua visibilidade desimpedida. Um grande lago foi criado em frente aos dois edifícios (GONÇALVES, 2004, p. 109). A roça do sítio foi substituída por um gramado extenso e homogêneo. Sanitários para visitantes foram construídos em local afastado dos edifícios. Posteriormente foram agenciadas/reflorestadas as encostas dos morros visíveis a partir do sítio¹⁰. O resultado plástico impressiona pela beleza (Figura 7). Trinta e cinco anos depois, Luis Saia, responsável pela intervenção, justifica-a

9. Carta de Atenas, dos CIAM - 1933. In: IPHAN. Cartas Patrimoniais. Brasília: Iphan, 1995. Caderno de documentos n. 3. p. 23-79.

10. Iphan, 9. Coordenadoria Regional, São Paulo. *Sítio e Capela de Santo Antônio: Roteiro de visita*. São Paulo: Iphan 9ª. CR, 1997. Projeto implantação de programas de uso em bens tombados.

FIGURA 7

Casa do Butantã.
Preenchimento,
com concreto, de
lacunas na taipa.
Formas preparadas
para início da
concretagem. 1954.
Fonte: Caderno
de Obras – Casa
do Bandeirante.



arquitetonicamente, em nome da composição de um “conjunto”. Suas justificativas não explicitam o conceito da intervenção mas nos permitem, de certa forma, supor as ideias que estavam por trás delas. Suas palavras são, resumidamente:

Existia no local uma situação em potencial, que permitiu montar um conjunto e de prevenir (sic) uma possibilidade de uso. O potencial foi transformado em realidade através de uma série de operações. Um lago que já existia foi aumentado para formar um espelho d’ água e diminuir a área de tratamento – mato que cresce, com cobra, essas coisas. Achou-se que o melhor tratamento para a área envoltória do monumento seria grama. Como um grande capacho que inclusive evitaria pés de barro na casa. E a experiência provou ser essa a melhor solução. A idéia é formar um conjunto.¹¹

O que é possível inferir da intervenção e das palavras que a justificam? Elas levam à possível conclusão de que a mesma preocupação de recuperar uma imagem arquitetônica ideal das edificações também existiu em relação ao ambiente total, que foi moldado para se conformar a um padrão estético desejado. Luis Saia resgatou o monumento arquitetônico excepcional do seu passado roceiro e não resistiu a transformar o também o ambiente circundante, para realizar uma obra de arte total. A intenção estética, arquitetônica, prevaleceu sobre a desordem plástica que o vestígio histórico por vezes impõe.

É inevitável citar mais uma vez a recomendação para o patrimônio

11. Cf. Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos. São Paulo: Convênio MEC e Secretária de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Aula de Luis Saia em 6 nov. 1974.

histórico das cidades contida na Carta de Atenas dos CIAM, pois na operação de ambientação do monumento também identificamos o comprometimento modernista de Luis Saia:

Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. (Aula de Luis Saia, em 6 nov. 1974, no Curso de Especialização)

5 A “CASA DO BANDEIRANTE”, A PRIMEIRA

FIGURA 8

Casa do Butantã,
março 1954.
Fotografia de
Germano Graeser.
Arquivo DPH/
Pres./STLP



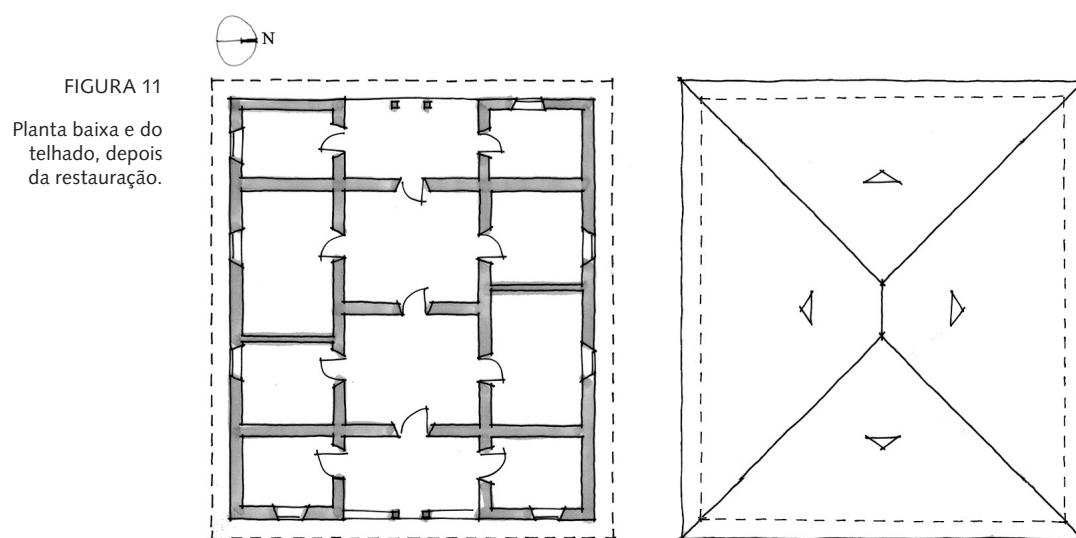
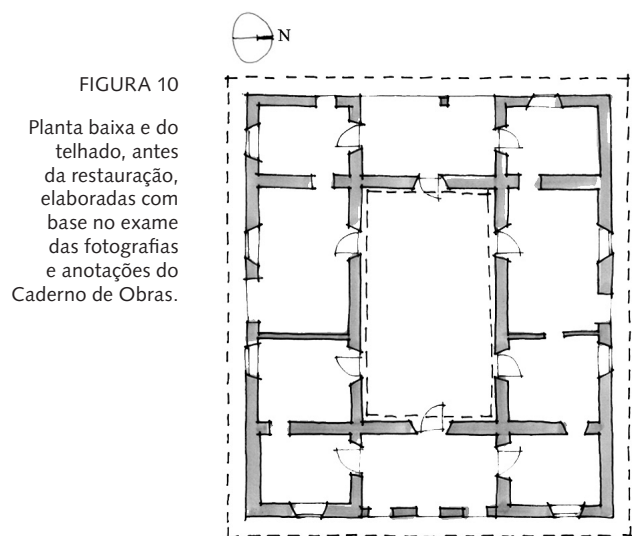


FIGURA 9

Casa do Butantã
após a restauração.
Arquivo DPH/Museu
da Cidade, s.d.

A Casa do Butantã, mais conhecida como Casa do Bandeirante, foi restaurada em 1954-55, pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. O projeto de restauração e a orientação técnica ficaram sob a responsabilidade de Luis Saia, então chefe do distrito do Iphan em São Paulo. Foi a primeira das casas bandeiristas da Prefeitura de São Paulo a ser restaurada. Naquela intervenção, a abordagem do edifício foi idêntica à das demais obras que o Iphan havia realizado em casas bandeiristas. A intervenção inaugurou o ciclo de restaurações de casas bandeiristas de propriedade da Prefeitura de São Paulo, e estabeleceu o modelo de intervenção nesses exemplares.

Doadada pela Companhia City à Prefeitura em 20 de outubro de 1950, a casa



estava invadida desde 1951 por várias famílias, que ocuparam a casa até o início das obras de restauração em 1954. Germano Graeser, contratado pela Comissão do IV Centenário, registrou o estado do edifício em março de 1954. O madeiramento correspondente à área central da casa havia sido removido, restando um pátio central que era usado como galinheiro (Figura 12). As patologias mais frequentes desse tipo de edificação estavam presentes

na casa, com as seguintes características: erosão das paredes periféricas da casa, restrita à porção inferior próxima ao solo, pela parte externa, devido à água de chuva (Figura 13); lacunas (“cáries”) nas paredes, decorrentes da ação de térmitas, e desagregação localizada (Figura 14); fendas e trincas nas paredes, provocadas por desagregações localizadas dos maciços de taipa (figuras 13, 14); separação das paredes de taipa nos cunhais, provocada pela falta de sistema de amarração entre as paredes (ausência de malhetes) e pelo apodrecimento de parte dos frechais (Figura 14); envasaduras primitivas emparedadas com alvenaria de tijolos ou pau a pique (Figura 13); envasaduras escavadas nas paredes, onde não existiam primitivamente (Figura 13); paredes primitivas desaparecidas, e paredes não primitivas de fatura mais recente; esquadrias alteradas, ou apodrecidas, ou desaparecidas (figuras 12, 13); cobertura alterada, com madeiramento de material, forma (e por vezes solução construtiva) diversos do primitivo (Figura 15); revestimento ausente ou desagregado em vários pontos (Figura 13); poucas ferragens primitivas remanescentes. A maior parte estava desaparecida.

FIGURA 12

Pátio formado no centro da construção, onde a cobertura fora removida, ou havia desabado. Note-se, no maciço esquerdo, sinal de parede desaparecida. Fotografia G. Graeser, março de 1954. Acervo PMSP/ Museu da Cidade.



FIGURA 13

Fachada Sul. Base de parede erodida por respingos de chuva. Envasaduras emparedadas. Esquadrias desaparecidas. Lacunas preenchidas com camisas de tijolos de barro. Fotografia de Germano Graeser, março de 1954. Acervo PMSP/Museu da Cidade.



FIGURA 14

Lacunas ("cáries"), em 16 set. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 15

Madeiramento leve do telhado desorganizado (forro do beiral, ripas, caibros roliços), no início da obra, em 14 jul. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação



O partido adotado para a intervenção na Casa do Butantã, alicerçado sobre as bases teóricas estabelecidas por Saia em 1944, orientou-se para a recuperação da feição mais primitiva conhecida do edifício. O conceito técnico da intervenção também já estava definido preliminarmente, qual seja: primeiro providenciar a consolidação estrutural do edifício; depois, restaurá-lo. A primeira etapa da intervenção foi voltada à consolidação, que se sobrepunha à investigação do edifício em busca de vestígios que orientassem a recomposição da configuração mais antiga. Essa investigação, embora tivesse caráter arqueológico, pretendia exclusivamente encontrar os vestígios mais primitivos, ignorando e descartando vestígios de épocas intermediárias entre o imaginado “primitivo” e o presente visível.

Para examinar o estado de estabilidade estrutural, e também para confirmar e/ou examinar a presença das constantes típicas das residências bandeiristas (basicamente a planta típica e a localização e feição das envasaduras) procedeu-se, como era usual, à demolição total dos revestimentos da taipa. Essa investigação, que recebe o nome de prospecção (empregado até hoje), atingiu a cobertura, através do destelhamento completo do telhado, para o exame do estado de conservação das peças de madeira e dos respaldos das paredes de taipa, além do exame das soluções construtivas.

As prospecções das paredes consistiam em remover completamente os revestimentos, tivesse ele uma ou mais camadas, não importando se ele estava bem ancorado ou despregado da taipa. Sacrificava-se o revestimento para procurar janelas ou portas tapadas, ou marcas de paredes encostadas (ou amarradas, através de malhetes) às remanescências (Figura 14). Nesta etapa da prospecção das paredes já se eliminam, com os revestimentos, todos os “acréscimos intermediários”, tais como divisórias de pau a pique, paredes e encamisamentos de tijolos e tabiques de madeira desconformes com a tipologia original. Depurava-se a planta da casa e ao mesmo tempo se descobriam vestígios para recompor estruturas primitivas. (figuras 16, 17, 18)

No chão se fez a mesma investigação, removendo a terra batida (piso usual) dos lugares onde possivelmente, de acordo com a regra tipológica, poderiam estar escondidos alicerces de taipa (Figura 19). Os alicerces foram encontrados, e a parede foi reconstruída em tijolos.

FIGURA 16

Alpendre fechado por parede de pau a pique, com porta emparedada, antes da desmontagem da parede. Fachada Leste. Acervo DPH/ Museu da Cidade.



FIGURA 17

Desmontagem da parede de pau a pique que fechava o alpendre Leste. Em 30 jul. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 18

Vestígio de muro de taipa, que autorizou a reconstituição da mureta, revelado após a demolição da parede que fechava o alpendre Leste. Em 24 ago. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 19

Alicerce já descoberto, de parede que existiu no cômodo central (Ver Fig. 12). Em 10 jul. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



A segunda etapa foi dedicada ao desmonte e estudo do telhado: desmontou-se o madeiramento leve do telhado (ripas, retrancas, cachorros e forro de beiral) e removeram-se as peças não originais (caibros roliços). Nesta etapa foram examinados os detalhes de carpintaria e o estado de conservação de cada peça. O exame do sistema construtivo total (telhado e paredes portantes) definiu o conceito da consolidação estrutural.

A Casa do Butantã não apresentava desestabilização estrutural, apesar dos numerosos pontos lacunosos na taipa e de fissuras em alguns pontos. A sua estabilidade estava preservada em decorrência da lógica do próprio sistema construtivo. As paredes principais, compostas por maciços independentes (somente encostados, sem amarração) formam dois anéis concêntricos. Entre os anéis, as paredes (também sem amarração) de divisão dos ambientes fazem o contraventamento dos maciços. As paredes de taipa são construídas sobre alicerces também de taipa. Além do peso próprio, as paredes suportam o peso do telhado, que é descarregado uniformemente ao longo da extensão das paredes com a ajuda de frechais pousados sobre o respaldo do anel externo e do anel interno (Figura 20). Os frechais (tanto no anel interno como no externo) trabalham tracionados pelos empuxos laterais dos caibros armados, anulando esses empuxos de forma que eles não são transmitidos às paredes, que recebem transmissão de cargas exclusivamente normais (forças verticais) (Figura 21). Cada anel formado pelos

frechais mantém-se tracionado (anulando os empuxos e cargas provenientes dos caibros) com a ajuda de sambladuras do tipo “rabo de andorinha” nas suas extremidades (Figura 22).

A terceira etapa dessa obra correspondeu à consolidação estrutural.

FIGURA 20

Desenho esquemático das paredes concêntricas com os frechais correndo sobre elas.

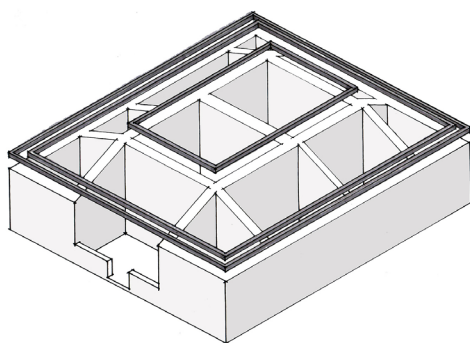


FIGURA 21

Os frechais trabalham tracionados pelos empuxos laterais recebidos dos caibros armados.

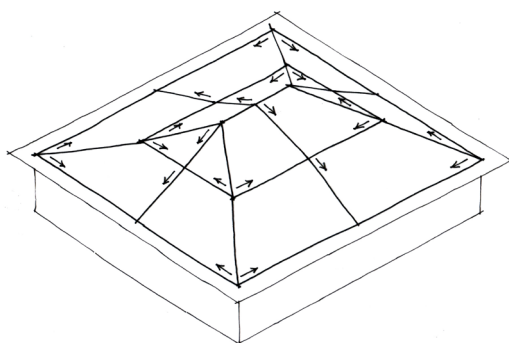
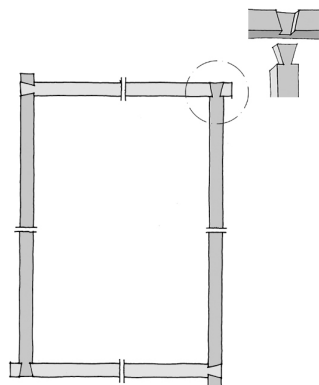


FIGURA 22

Desenho esquemático das extremidades de cada um dos frechais, vistos em planta, com sambladura do tipo rabo de andorinha.



O edifício não apresentava problemas estruturais. A estrutura do telhado é originalmente projetada de forma que nenhum esforço lateral é transmitido às paredes. Apesar da falta de amarração e de sua separação, as paredes de taipa estavam perfeitamente aprumadas. Esse deve ser o quadro que levou à adoção de uma única medida de consolidação, qual seja, a introdução de uma cinta de concreto sobre o respaldo das paredes concêntricas. A cinta foi executada a partir da escavação de uma vala no respaldo das paredes concêntricas, de forma a ficar invisível e não alterar a altura do edifício. A vala tem a largura de um terço da espessura da parede. Para a sua execução, os caibros, cachorros e demais peças foram removidas, e depois recolocadas (figuras 23 a 27).

FIGURA 23

Respaldo da parede concêntrica interna, onde se vê os caibros apoiados no frechal. Caibros e frechal semiembidos na taipa, antes da consolidação, em 5 ago. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 24

Parede concêntrica externa, com vala escavada na própria taipa, pronta para receber o concreto. Frechais e cachorros não foram removidos para a operação. Em 24 ago. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 25

Respaldo da parede concêntrica interna após a consolidação, onde se vê a cinta de concreto embecida, em 24 ago. 1954.

FIGURA 26

Cortes transversais mostrando esquema dos caibros armados depois e antes da restauração. Observe-se a parte do telhado que foi reconstituída sobre o vão central, depois da restauração.

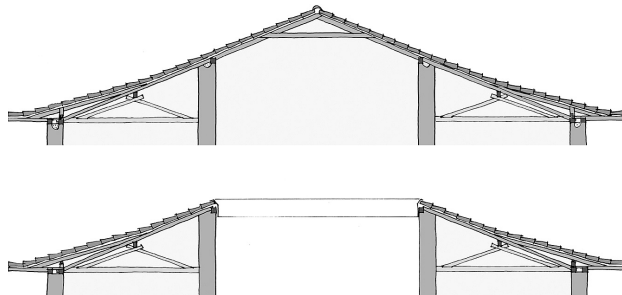
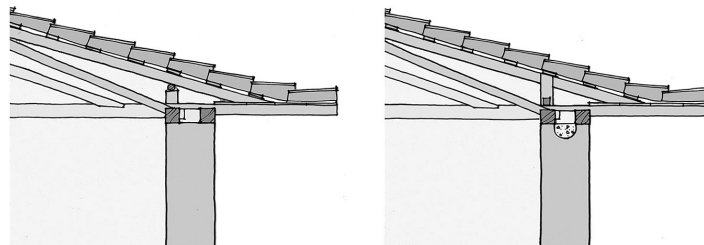


FIGURA 27

Detalhe do corte transversal (antes e depois da restauração), mostrando o local e a dimensão da cinta de concreto no respaldo da parede concêntrica externa.



As grandes lacunas formadas pela erosão da parte inferior das paredes externas foram preenchidas pelo método tradicional do Iphan, com placas de concreto moldadas no local. Pela face interna a própria parede funciona como forma. Pela face externa abre-se uma valeta de serviço, até alcançar o alicerce da parede, e depois se usam como formas tábuas escoradas por pontaletes (figuras 5, 6). As pequenas lacunas, constituídas por cabodás e trincas, foram fechadas com argamassa cimentícia (Figura 28).

A quarta etapa da obra compreendeu a restauração de esquadrias das envasaduras, a reconstrução da parede do vão central, e serviços de acabamento (revestimento das paredes). Na cobertura, a restauração do telhado existente e a construção da parte desaparecida sobre o vão central (figuras 29 a 33). Em *A Casa Bandeirista: uma interpretação* (1955) Saia publicou a fotografia da Figura 30 explicando que foi possível reconstituir o desenho do telhado desaparecido porque algumas de suas peças foram encontradas em outras partes da edificação, trazidas para o local, reposicionadas e usadas como modelo para a reconstrução.

FIGURA 28

A Comissão do IV Centenário visita a obra, em 23 de outubro de 1954. No grupo principal, Luis Saia é o segundo da esquerda para a direita. O terceiro é Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, conversando com Nilo Amaral, então Secretário de Obras da Prefeitura. Paulo Florençano, é o terceiro da direita para a esquerda. "Cáries" das paredes já aparecem obturadas nesta imagem. Ausência do esqueleto de concreto armado. Acervo DPH/ Museu da Cidade.

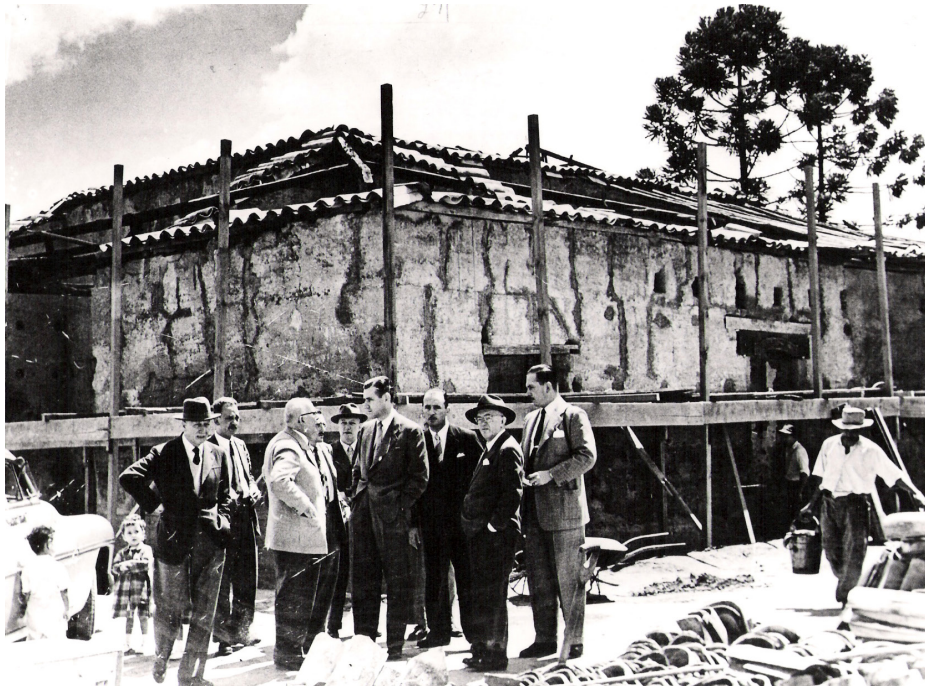


FIGURA 29

Teste de posicionamento das peças recuperadas do antigo telhado sobre o vão central, em 6 ago. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 30

Telhado sobre o vão central já pronto, assim como parede reconstruída em tijolos, em 3 nov. 1954.

Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



FIGURA 31

Asnas do telhado reconstruído, ancoradas no frechal da parede concêntrica interna, já com a cinta de concreto, em 3 nov. 1954.

Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.

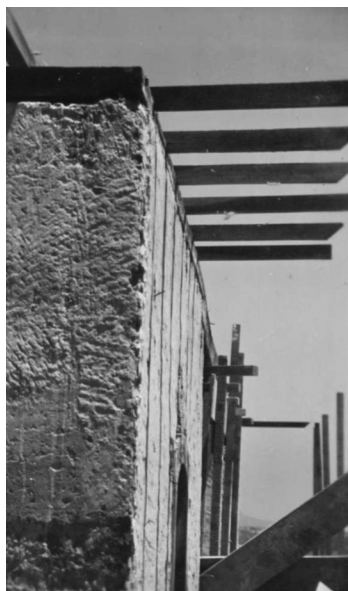


FIGURA 32

Cunhal Sul – Leste, reboco grosso já aplicado, em 27 nov. 1954. Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.

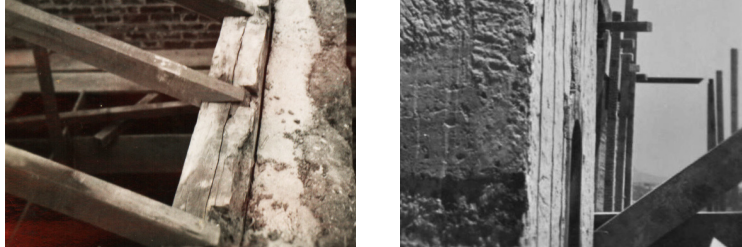


FIGURA 33

Madeiramento sobre o lanço Sul, restaurado, em 16 nov. 1954.

Fonte: Caderno de Obras – Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.



Portanto, a consolidação resumiu-se, na Casa do Butantã, à introdução da cinta de concreto dentro do respaldo das duas paredes concêntricas. As figuras 28 e 33 mostram com clareza que não foi adotado o recurso extremo da introdução do esqueleto de concreto armado.

A quinta etapa da obra correspondeu à conclusão do revestimento das paredes, com argamassa e pintura à base de cal. As madeiras, tanto do telhado como das esquadrias das envasaduras, não receberam cor, também conforme os procedimentos tradicionais do Iphan.

A introdução de outros materiais além do concreto compreendeu essencialmente:

a) a volumosa construção da parte nova do telhado, e a substituição de peças espúrias, por outras de canela preta;¹²

b) a aplicação de argamassa cimentícia na obturação de cáries (fechamento de lacunas, ver Figura 28) e no revestimento dos panos de alvenaria, assim como no assentamento de tijolos de paredes novas.

As intervenções estão exemplificadas nos desenhos a seguir, de uma das fachadas, com o propósito de demonstrar visualmente o caráter e a extensão de cada aspecto da intervenção (figuras 34 a 36).

A Casa do Butantã foi solenemente inaugurada em 25 de janeiro de 1955, com a presença de ilustres personalidades, entre as quais se destaca o Governador Lucas Nogueira Garcez (Figura 37). Foi adotada como símbolo das comemorações do IV Centenário da cidade (Figura 38), e nos anos seguintes foi preparada e paramentada para abrigar um museu dedicado a mostrar o estilo de vida rural do período colonial, passando a ser conhecida como “Casa do Bandeirante” (figuras 39 e 40). O museu com essa temática ali funcionou até o início dos anos 1980, quando foi desativado para dar lugar, até hoje, a outras atividades expositivas e museológicas de caráter artístico e histórico.

12. Encontramos registros de compra de 22 metros cúbicos de canela preta. Cf. Acervo IV Centenário, Processos 4.292/54, 4.363/54 e 5.574/54.

FIGURA 34

Fachadas Leste (principal) e Norte antes da restauração. Bases da parede erodidas.

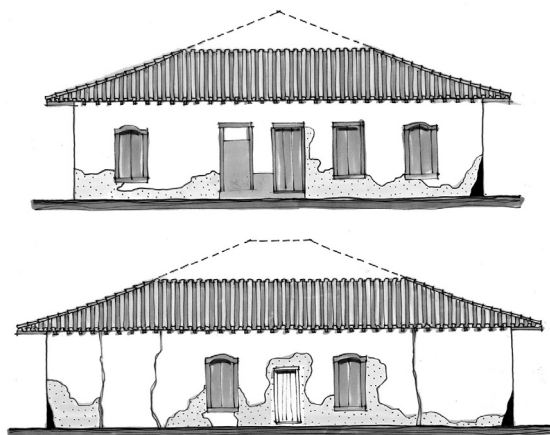


FIGURA 35

Fachadas Leste e Norte, depois da restauração, mostradas sem a argamassa de revestimento. Bases da parede "emplacadas", e "cáries" obturadas no alto. No alpendre da fachada Leste foi construída uma mureta nova de tijolos aproveitando o vestígio de taipa.

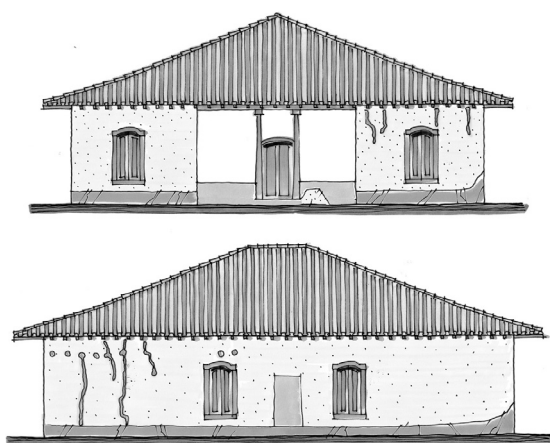


FIGURA 36

Fachadas Leste e Norte depois da restauração, revestidas e caiadas.

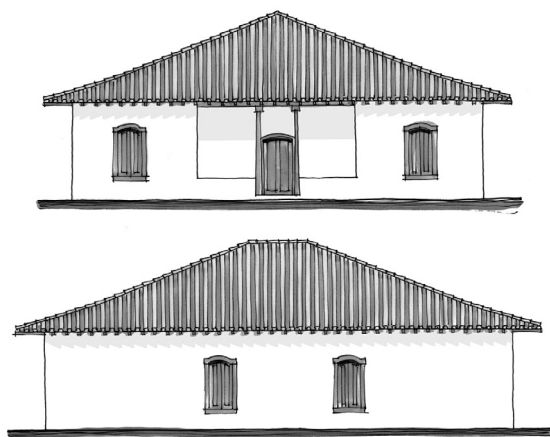


FIGURA 37

Paulo Florençano, Afonso Taunay, Lucas Nogueira Garcez e Guilherme de Almeida, entrando na Casa do Bandeirante, em 25 de janeiro de 1955. Acervo DPH/Museu da Cidade.



FIGURA 38

Ilustração no editorial da revista *Paulistânia*, n. 52, 1955.



FIGURAS 39 e 40

Interior da Casa do Bandeirante, paramentado com mobiliário do período colonial proveniente de fazendas do interior de São Paulo e Minas Gerais. Na área externa foram construídos vários ranchos para abrigar equipamentos de produção de açúcar (fotografia), de farinha, moinho, e canoa, carro de boi, e outros. Acervo PMSP/DPH/Museu da Cidade.



6 AS CASAS DO CAXINGUI, RESSACA, TATUAPÉ E MORRINHOS

Mesmo antes da criação, em 1975, do seu Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), a Prefeitura de São Paulo, com base na empreitada levada a cabo na Casa do Bandeirante, adotou a política de adquirir, restaurar e preservar outras casas rurais do tipo bandeirista que já haviam sido identificadas pelo Iphan, a saber: a Casa do Caxingui, a casa do Sítio da Ressaca, a Casa do Tatuapé, a casa do Sítio Morrinhos, e a casa do Sítio Mirim.

Muitas das políticas de preservação desses imóveis foram realizadas colaborativamente com outros órgãos da Prefeitura, do Governo do Estado, e do próprio Iphan, que, até o falecimento de Luis Saia em 1975, colaborava fornecendo os critérios de restauração e o conhecimento técnico especializado.

6.1. Caxingui

As restaurações orientadas pelo Iphan restringiram-se às obras realizadas na Casa do Butantã (1954-1955) e na Casa do Caxingui (1967). A Casa do Caxingui, doada à Prefeitura pela companhia loteadora City em 1958, resultado da iniciativa do então diretor da Casa do Bandeirante, Paulo Florençano, foi restaurada segundo procedimentos e critérios idênticos aos da Casa do Butantã, para nela ser instalado o Museu do Sertanista.

Como todas as demais casas, aquela do bairro do Caxingui era originalmente uma sede rural, cujo aspecto roceiro foi radicalmente alterado pela restauração para dar lugar a um ambiente arquitetonicamente ordenado, como se pode observar nas fotografias tomadas antes e depois das obras (figuras 41 a 45). A supressão de uma empena na fachada Sudeste para permitir a construção de um telhado de quatro águas – configuração que era considerada, na tese de Luis Saia, característica dos exemplares puros de casas bandeiristas – é o aspecto que mais motiva polêmica a respeito da restauração promovida na Casa do Caxingui.

FIGURA 41

Fachada Sudeste, com sua empena, em fotografia de 1945. Acervo Iphan/SP.



FIGURA 42

Alpendre da fachada Noroeste, em 1945. Acervo Iphan/SP.



FIGURA 43

Fachadas Sudeste e Noroeste restauradas. Fotografia s/d de Jorge Hirata, acervo PMSP/DPH/Museu da Cidade.



FIGURA 44

Plantas da situação antes da restauração.

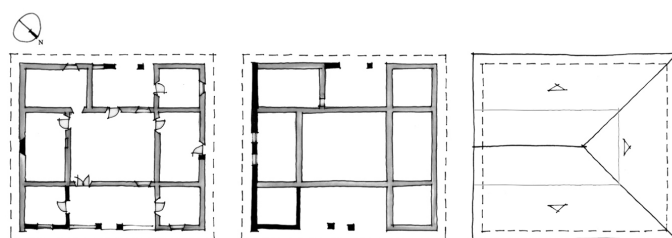
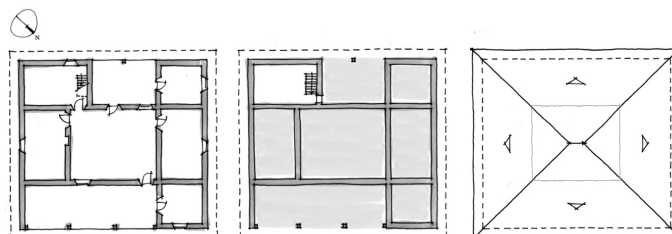


FIGURA 45

Depois da restauração.



6.2 Ressaca

Imóvel particular mencionado no primeiro “Relatório” (16 out. 1937) de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, e incorporado ao patrimônio municipal no início da década de 1970 por ocasião da construção, no bairro do Jabaquara, do pátio de manobras dos trens da linha Norte-Sul do Metrô, a casa do Sítio da Ressaca foi restaurada em 1978-1979. À época, dentro do recém-criado DPH, constituíra-se um corpo técnico formado por profissionais arquitetos especialistas, muitos deles egressos do Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, realizado em São Paulo no ano de 1974. Antonio Luiz Dias de Andrade, Janjão, arquiteto do Iphan desde o início da década de 1970 e que, desde meados de 1978 assumira a Direção Regional do Iphan em São Paulo, foi o responsável, através de contrato com a Empresa de Urbanização (Emurb), pelo plano de restauração da casa. A participação dos arquitetos do DPH nesta restauração limitou-se ao acompanhamento e registro da obra. Reproduzindo os critérios de restauração que se tornaram tradicionais através da prática do Iphan/SP, o plano de restauração objetivou “restituir o valor arquitetônico, camuflado por sucessivas reformas, para situá-lo dentro de sua perspectiva histórica”¹³. Ou seja, os objetos de valorização eram a matéria e a configuração originais, como depois ficou comprovado nas obras. Os procedimentos de intervenção no edifício reproduziram os mesmos verificados nas restaurações das casas do Butantã e do Caxingui, desde a “limpeza” ou remoção completa de revestimentos e de elementos considerados “espúrios” em relação ao que seria, supostamente, a configuração original (inferida através de prospecções arquitetônicas minuciosas), passando pelos reforços estruturais executados com argamassa armada e concreto armado, pela recomposição das envasaduras originais, até o acabamento executado com pintura branca à base da cal. (figuras 46 a 49).

13. Relatório de autoria de Antonio Luiz Dias de Andrade, de visita à obra, datado de 8 de dezembro de 1978. Acervo PMSP/DPH/Divisão de Preservação.

FIGURA 46

Casa do Sítio da Ressaca antes da restauração, em fotografia de 1938, de Benedito Junqueira Duarte. Acervo PMSP/DPH/STLP.



FIGURA 47

Casa do Sítio da Ressaca restaurada, em fotografia de 3 fev. 2005, da autora.



FIGURA 48

Plantas da casa, mostrando a situação antes da restauração.

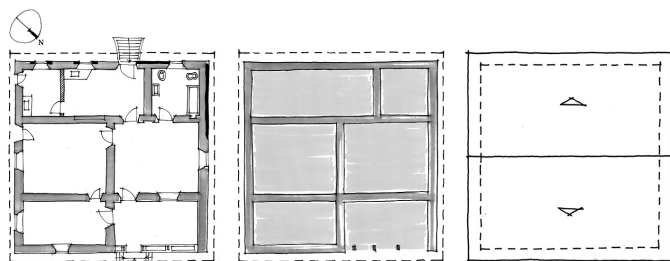
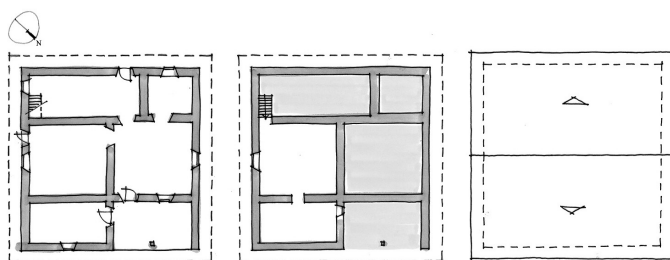


FIGURA 49

Plantas da casa, depois da restauração.

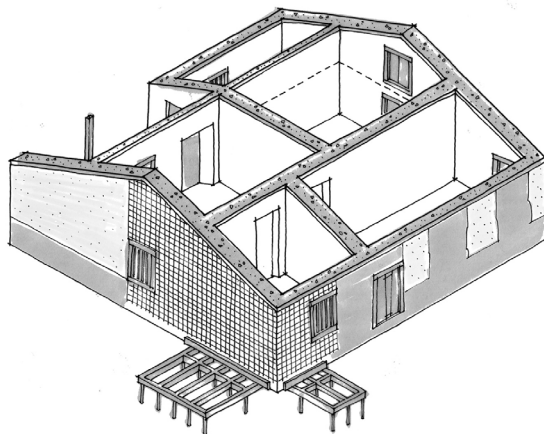


Na restauração do Sítio da Ressaca, a crítica ao método de intervenção que Saia tornara tradicional residiu no seu questionamento (feito pelo autor) de dois aspectos técnicos do plano de restauração. Primeiro, Janjão abriu mão do uso do esqueleto de concreto armado para consolidar a estrutura dos muros de taipa, substituindo-o parcialmente pela solução de consolidação com argamassa armada (Figura 50). Em segundo lugar, no revestimento das taipas, Janjão empregou argamassa com composição assemelhada à da argamassa original que fora demolida (à base de tabatinga), misturando cal, cimento e saibro em vez da argamassa cimentícia empregada por Saia nos revestimentos das taipas das casas do Butantã e do Caxingui. Interpretamos tais novidades como experimentos pelos quais se tentava “corrigir”, criticamente, o que Janjão talvez avaliasse como inadequado às características daquelas paredes de taipa de pilão. Certamente se tentava, com a abolição do uso intensivo do concreto armado e do cimento, uma maior compatibilização dos materiais a serem introduzidos (saibro, cal) com os materiais de que era originalmente constituída a casa (argila, tabatinga).

No que diz respeito ao método de consolidação das paredes de taipa, o resultado, no entanto, não deixa de ser questionável, já que a argamassa cimentícia armada que foi justaposta aos muros de taipa alterou significativamente a espessura das paredes, além de se caracterizar como intervenção irreversível em medida maior do que o seria um esqueleto formado por um sistema de pilares e vigas de concreto armado a abraçar e consolidar o edifício (Figura 50).

FIGURA 50

Interpretação gráfica do edifício, mostrando os muros de taipa consolidados com argamassa cimentícia, os alicerces apoiados sobre uma grelha de alicerces de concreto armado e envasaduras das paredes recompostas à configuração original.



6.3 Tatuapé

A experimentação crítica sobre casas bandeiristas teve continuidade na restauração da Casa do Tatuapé, promovida pelo DPH em 1979-1980. O autor do projeto de restauração foi o arquiteto do DPH Luiz Alberto do Prado Passaglia, especialista formado no Curso de Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos de 1974. A empreitada foi a primeira experiência integral do DPH com casas bandeiristas, no que se refere à elaboração do projeto de restauração e à fiscalização e acompanhamento da obra, já que no Sítio da Ressaca a autoria do projeto e a definição de procedimentos de obra estiveram sob a responsabilidade de Janjão, limitando o DPH ao acompanhamento técnico daquela primeira obra. Ao se iniciarem as obras de restauração, tramitava ainda o processo de transmissão de posse do imóvel à prefeitura, o que veio a ocorrer somente em 1981 mediante o pagamento de indenização ao proprietário, a Tecelagem Textília. A casa fora tombada pelo Iphan em 1951.

Luiz Alberto do Prado Passaglia realizou detalhada e minuciosa pesquisa arquitetônica sobre a casa, na qual embasou o projeto de restauração. Informações valiosíssimas foram levantadas pela historiadora do DPH Vilma Gagliardi, que contribuíram para o conhecimento sobre o imóvel. Assim como Janjão, Luiz Alberto Passaglia foi discípulo de Luis Saia em aulas do Curso de Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos e em trabalhos no Iphan, tendo a oportunidade de conviver com o trabalho de Saia. A postura teórica que começava a se difundir e impor, de respeito à historicidade presente na matéria dos edifícios, e preconizada no mencionado curso, foi adotada como pressuposto crítico no memorial descritivo do projeto de Luiz Alberto Passaglia. Mas isso não impediu que o projeto arquitetônico seguisse a orientação tradicional fundada por Luis Saia, de restaurar o edifício em busca do seu estado original. Novamente, a intervenção suprimiu todos os traços da organização caipira da casa, e reorganizou todos os elementos arquitetônicos da moradia rural até transformá-la em expressão arquitetônica próxima do modelo de morada bandeirista idealizado na tese de Saia (figuras 51 a 54).

FIGURA 51

Casa do Tatuapé
antes da restauração.
Fachadas Oeste e
Sul. Imagem: data e
autor desconhecidos.
Fonte: <[http://
www.casasban-
deiristas.com.br/
casa-do-grito/](http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-do-grito/)>



FIGURA 52

Fachadas Oeste
e Sul. Fotografia:
circa 1980,
autor desconhecido.
Acervo DPH/Museu
da Cidade. Fonte:
<[http://www.casas-
bandeiristas.com.br/
casa-do-tatuape/
tatuape_5/](http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-do-tatuape/tatuape_5/)>



FIGURA 53

Plantas, situação
antes da restauração.

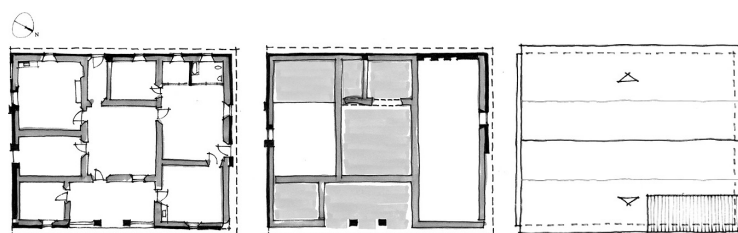
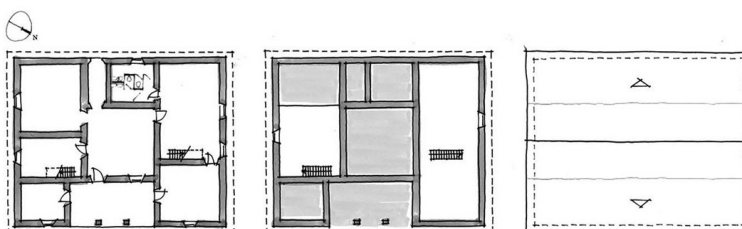


FIGURA 52

Situação depois
da restauração.



Do ponto de vista das soluções técnicas, assim como Janjão procedeu nas obras do Sítio da Ressaca, Passaglia também buscou soluções de consolidação que diferissem da solução tradicional disseminada por Saia (o esqueleto de concreto armado, e as placas de concreto armado nas bases dos maciços de taipa). Terminou por adotar soluções mistas, a depender do estado em que encontrou cada um dos trechos de paredes. Em alguns trechos, as taipas estavam encamisadas por alvenarias de tijolos de barro; em outros, a taipa estava ausente, exigindo o complemento de material; em outros, ainda, o desaprumo acentuado das taipas demandou o preenchimento das paredes com o objetivo de aprumá-las.

A variedade de soluções compreendeu, primeiro, a consolidação com o lançamento de argamassa sobre malha armada e fixada à taipa (Figura 55); em segundo lugar, a concretagem de painéis de concreto armado adossados aos maciços de taipa (Figura 56); terceiro, a execução de encamisamento novo de tijolos, em substituição aos existentes (Figura 57); quarto, a consolidação com fixação, à taipa, de malha metálica e chapisco, seguida de concretagem dentro da forma erguida com tijolos em espelho (Figura 58). Tal quantidade de soluções técnicas vem demonstrar o experimentalismo crítico que caracterizou aquela obra de restauração. Recusando a formulação clássica consolidada pelo Iphan em São Paulo – diga-se por Saia –, Passaglia corajosamente aventurou-se na busca de soluções alternativas de consolidação dos maciços de taipa, com os resultados aqui mencionados que, comparativamente à solução “tradicional”, não levam vantagem nos quesitos de mínima intervenção, reversibilidade, economia de material. Por último, os rebocos e a tradicional caiação em branco conferiram à Casa do Tatuapé a aparência padronizada (Figura 52) das outras casas bandeiristas restauradas pela prefeitura (Butantã, Caxingui, Ressaca).

FIGURA 55

Empena Sul: Trecho consolidado através de concretagem com argamassa armada. Acervo PMSP/DPH/STPRC.



FIGURA 56

Operário descascando excesso de concreto resultante do abaulamento de formas. Acervo PMSP/DPH/STPRC.



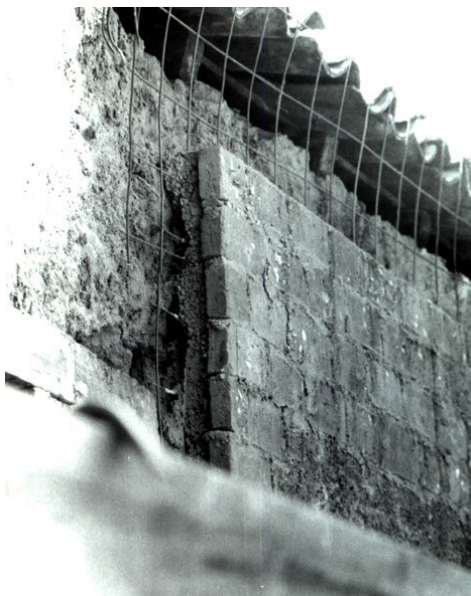
FIGURA 57

Fachada Oeste, porção Norte: trecho consolidado com encamisamento de tijolos em substituição ao encamisamento existente. Acervo PMSP/DPH/STPRC.



FIGURA 58

Empena Sul: trecho consolidado com fixação, à taipa, de malha metálica e chapisco, seguida de concretagem dentro da forma erguida com tijolos em espelho. Acervo PMSP/DPH/STPRC.



6.4 Morrinhos

A casa do Sítio Morrinhos é a única dentre os exemplares do DPH cujo restauro não obedeceu integralmente ao critério tradicional de depuração dos estratos que se depositaram nela ao longo de sua existência. A sua restauração foi executada em etapas com intervalos de décadas entre elas (1970, 1980, e 2000), do que decorreu que o longo debate sobre o critério a ser adotado resultou no abandono do critério que objetivava recompor a feição “original” do edifício.

A casa foi provavelmente erguida em 1702, e tornou-se propriedade municipal em 1972. A Ordem Beneditina, que foi proprietária e usou o sítio como chácara de 1902 a 1968, executou diversas reformas que modificaram a volumetria e a composição das fachadas do conjunto. Foi nessa condição que o Iphan tombou o imóvel em 1948.

Após longo debate sobre o critério a ser adotado na restauração, o DPH optou por preservar todos os acréscimos introduzidos pelos beneditinos, inclusive novos volumes adicionados ao volume principal (figuras 59 a 62). Quanto aos aspectos técnicos, dos materiais e das técnicas construtivas, realizaram-se consolidações pouco invasivas (cintamento dos muros de taipa com cabos de aço tracionados), e, na tentativa de experimentar argamassas com composição mais assemelhada à tabatinga, empregou argamassas de revestimento argilosas com baixo teor cimentício. Por cima dos rebocos, as paredes foram pintadas com tinta à base de cal, respeitando o critério tradicional, assim como foi feito com a caixilharia, que recebeu pinturas em cor escura.

A arquitetura resultante da intervenção distancia-se do modelo tipológico tradicional, representado pelas casas do Butantã, Caxingui, do Sítio da Ressaca e do Tatuapé, mas, assim como as demais, não deixa de materializar as sucessivas experimentações realizadas com a tipologia bandeirista.

FIGURA 59

Projeto de 1979, prevendo a demolição das adições beneditinas, a reconstituição das envasaduras e dos jiraus.

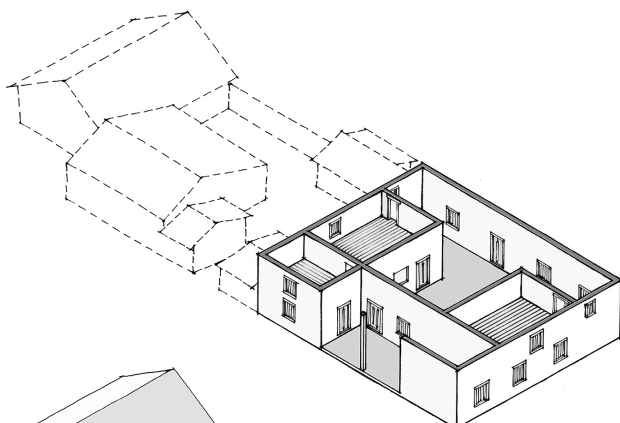


FIGURA 60

Projeto de 1980, executado em 2000, prevendo a conservação das adições e modificações introduzidas pelos beneditinos.

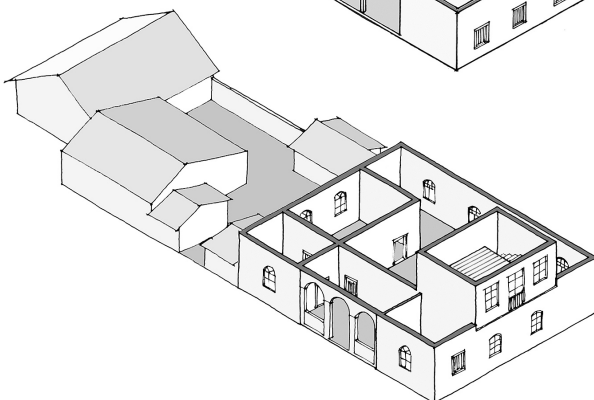


FIGURA 61

Sítio Morrinhos, antes da restauração.

Fonte: Arquivo Estadão, s/d, sem autor. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sitio-morrinhos-abriga-centro-de-arqueologia-de-sao-paulo,1772944>>.



FIGURA 62

Após a restauração.

Fotografia: Raquel Cunha/Fotopress.

Fonte: Disponível em: <<http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/santana-casa-verde/2016/05/1771143-casa-bandeirista-reune-reliquias-de-sitios-arqueologicos.shtml>>.



7 PERMANÊNCIA E EXPERIMENTAÇÃO

As restaurações orientadas pela “tese original” estabelecida por Luis Saia em 1944 objetivaram a dignificação das “casas velhas” para torná-las representantes exemplares do patrimônio histórico paulista. A remoção de qualquer traço de “decadência” do símbolo arquitetônico bandeirista refletiu-se nos processos envolvidos nas obras de restauração, seja na supressão dos traços da construção que Saia considerava estarem em desacordo com o esquema tipológico idealizado por ele, seja na reorganização da paisagem roceira do entorno da casa, substituída por gramados com aspecto de jardins urbanos modernos.

As decisões de Saia sobre o partido arquitetônico privilegiaram, invariavelmente, o resgate da configuração primitiva do edifício. Por outro lado, as decisões sobre os procedimentos técnicos, os materiais e as técnicas construtivas eram emprestados do presente, alinhando-se seja a critérios recomendados pelos encontros internacionais de especialistas em conservação de monumentos e sítios históricos da época, seja às recomendações da Carta de 1933 dos CIAM. Daí ter sido o concreto armado largamente empregado nas obras de restauração como solução técnica para a consolidação das taipas de pilão, desde a primeira obra paulistana em 1954 até as da década de 1970.

A carga simbólica do passado bandeirante deixa de estar presente nas restaurações no momento em que a responsabilidade técnica pelas restaurações das casas da Prefeitura deixa de ser do Iphan e é transferida ao DPH, na década de 1970. A abordagem da restauração das casas torna-se predominantemente técnica, e os critérios técnicos passam a ser a preocupação central dos debates que definirão os partidos de intervenção.

Entretanto, os critérios técnicos fundados e tantas vezes aplicados por Saia fizeram escola e sedimentaram-se tão profundamente na tipologia bandeirista, que jamais deixaram de ser a referência para obras que se seguiram às da Casa do Butantã e da Casa do Caxingui. Desse modo, nas restaurações do Sítio da Ressaca e da Casa do Tatuapé repetiram-se os procedimentos de supressão de todos os elementos alheios à tipologia arquitetônica supostamente primitiva, com o objetivo de desvelar a casa bandeirista pura, que recebe por fim rebocos impecavelmente regulares e tintas alvíssimas nas fachadas de econômicas envasaduras escuras.

O conjunto das casas bandeiristas é de uma uniformidade impressionante, e intriga o observador que desconhece o passado de cada uma e o processo de restauração pela qual cada uma passou. Se por um lado se pode afirmar que as restaurações das casas do Butantã e do Caxingui simbolizam o cânone, por outro se pode dizer que as duas obras seguintes – Ressaca e Tatuapé – adotaram o cânone como referência geral, mas se permitiram experimentações críticas e pioneiras, no campo específico das técnicas construtivas. A obra realizada na quinta casa – Morrinhos – também interpretou criticamente o cânone e, privilegiando o respeito à historicidade do edifício, afastou-se do resultado estético uniforme das demais quatro casas. Algumas poucas obras de restauração de casas da tipologia bandeirista foram empreendidas no território paulistano desde Morrinhos (2002), sendo as mais significativas, devido ao porte das intervenções, a do Sítio do Capão (2002) e, mais recentemente, a do Sítio do Itaim Bibi (2011). A casa do Sítio do Itaim Bibi foi tombada pelo Condephaat na década de 1980, e sofreu um contínuo processo de arruinamento, até se encontrar, no final da década de 1990, em estado de quase ruína (figuras 63, 64).

FIGURA 63

Casa do Sítio do Itaim Bibi à época do tombamento. Fonte: Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,casa-do-bandeirista,7546,0.htm>>.



FIGURA 64

Foto: Dalton Sala, 2004. Fonte: Disponível em: <<http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-itaim/>>.



Em 1997, Helena Saia elaborou um projeto de recomposição e restauração da casa a partir dos testemunhos arquitetônicos presentes no sítio, do levantamento métrico-arquitetônico do DPH e do Condephaat, da época do tombamento (1982), e dos remanescentes materiais catalogados pelos dois órgãos na ocasião (figuras 66 a 68).

FIGURAS 65 e 66

Madeiramento catalogado, e sua localização no edifício. Fonte: processo municipal 1997-0.182.217-0.



O projeto previa que as grandes lacunas presentes nos muros de taipa seriam recompostas com o auxílio de um sistema estrutural misto: um esqueleto de reforço, de concreto armado (fundações, colunas, vigas e cintas), a ser introduzido nos muros de taipa, no qual se apoiariam vedações novas de tijolos ou solo-cimento, e a cobertura. As lacunas irregulares seriam preenchidas com concreto leve. Com o auxílio do esqueleto de concreto armado, as cargas próprias (concreto + vedações) e a do telhado seriam descarregadas no solo, em fundações apropriadas (novas, também de concreto armado), poupando os muros de taipa remanescentes de qualquer esforço de carga vertical ou lateral (Figura 67). Esse método de consolidação e recomposição estrutural assemelhava-se bastante ao do empregado por Luis Saia.

No decurso da obra (2008-2011), o critério de preenchimento de lacunas foi alterado. Abandonou-se o método do esqueleto auxiliar de concreto armado, e se adotaram técnicas mistas, adequadas a cada trecho, que em linhas gerais podem ser assim descritas: a) para reconstituir paredes desde a base (desde os alicerces), novas taipas de pilão, de solo estabilizado com cimento (figura 68 e 70); b) para completar paredes

FIGURA 67

Desenhos mostrando esqueleto de concreto, e o esquema de preenchimento de lacunas da taipa.
Fonte: Processo municipal 1997-0.182.217-0



desaparecidas a partir de certa altura, argamassa de cimento/areia, com agregados grandes de argila expandida (Figura 69). Dessa forma, preservou-se uma das características principais dos muros de taipa de pilão, que consiste no fato de serem autoportantes. A grande quantidade de soluções construtivas singulares, assim como questões conceituais envolvendo a reconstituição de grandes trechos desaparecidos, são temas importantes dessa restauração, sobre os quais os profissionais responsáveis pelo projeto e pela obra estão mais aptos a discorrer. Nós nos limitaremos a observar que o objetivo final da restauração teve como objetivo, mais uma vez, restaurar a imagem completa do tipo arquitetônico bandeirista puro, como se pode observar na imagem da fachada principal restaurada (Figura 72).

FIGURA 68

Solo estabilizado com cimento, sendo arremessado nos taipais, para apiloamento.



FIGURA 69

Paredes novas de argamassa com argila expandida, após a remoção das formas. Fonte: Processo municipal 1997-0.182.217-0.



FIGURA 70

Parede consolidada, na qual se pode reconhecer a estratigrafia dos maciços reconstituídos: a) trechos remanescentes da taipa de pilão original; b) trechos novos de solo-cimento apilado; c) trechos novos de argamassa com argila expandida.



FIGURA 71

Instalação de caixilho de madeira de janela. Fonte: Processo municipal 1997-0.182.217-0.



FIGURA 72

Casa do Sítio do Itaim Bibi restaurada. Fotografia da autora, 2016.



Acreditamos, portanto, que as ditas “casas bandeiristas” são ininterruptamente, até hoje, desde que o Iphan restaurou a primeira delas (1940), um laboratório de experimentações técnicas críticas, especialmente no nosso caso, que trata do universo das casas da Prefeitura de São Paulo. Também é notável que a influência do modelo de intervenção do Iphan seja adotado até hoje, o que sugere que os critérios de restauração de casas bandeiristas consolidados por Saia permanecem indissociáveis da imagem dessas casas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel, Edusp, 1981.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. Tese (Doutorado) - FAU-USP, São Paulo, 1993.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá/ Bertioga*, n. 12, 1981.

BRUNO, Ernani Silva. *O equipamento da Casa Bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Metodologia para a Restauração Arquitetônica: A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) – FAU-USP, São Paulo, 2004.

KATINSKY, Julio Roberto. *Casas Bandeiristas: Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo: IGEOG USP, 1976. (Série Teses e Monografias n. 26)

LEAL, Fernando Machado. *Restauração e conservação de monumentos brasileiros*. Recife: UFPE, 1977.

LEMO, Carlos Alberto Cerqueira. À procura da memória nacional. *DPH Eletropaulo*, n. 17, p. 17-24, jan.-mar. 1993.

_____. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MAYUMI, L. *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Romano Guerra, 2008.

MONTALVO, Antônio José Aguilera. Fenomenologia e a “teoria da restauração”: a fundamentação da teoria de Cesare Brandi. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos A C, CASTRO, Adler H Fonseca de. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

PRADO, Paulo. *Paulística: história de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

SAIA, Luiz. *A Casa Bandeirista (uma interpretação)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

_____. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. *Revista do SPHAN*, n. 8, p. 211-275, 1944.

SÃO PAULO (Município). *Processo administrativo municipal 1997-0.182.217-0*.